



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL DAS  
NAÇÕES UNIDAS  
COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA

*Vigésima oitava reunião do Comité de Peritos*



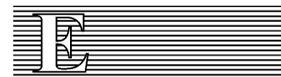
COMISSÃO DA  
UNIÃO AFRICANA

*Quarta reunião do Comité de Peritos*

---

**Reunião do Comité de Peritos da 2ª Reunião Anual Conjunta da  
Conferência de Ministros da Economia e Finanças da UA e da  
Conferência de Ministros das Finanças, Planeamento e  
Desenvolvimento da CEA**

*Cairo, Egipto  
2-5 June 2009*



Distr.: Geral  
E/ECA/COE/28/11  
AU/CAMEF/EXP/11(IV)  
Data: 6 de Maio de 2009

Original: Inglês

## **Relatório sobre o Apoio de Todo o Sistema das Nações Unidas à União Africana e ao seu Programa Nova Parceria para o Desenvolvimento de África: o Mecanismo de Coordenação Regional**



## 1. Introdução

1. Através de iniciativas sucessivas em todo o sistema<sup>1</sup>, as Nações Unidas têm demonstrado continuamente o seu compromisso de apoiar países africanos, guiadas pelas prioridades do continente em termos de desenvolvimento. Convencido de que uma abordagem coordenada de todas as agências e organizações das Nações Unidas irá melhorar o apoio concedido ao continente, o Secretário-Geral das Nações Unidas lançou, em 1999, uma agenda de reforma para melhorar as actividades de várias agências e organizações das Nações Unidas a nível regional. Aproveitando esta agenda de reforma, o Conselho Económico e Social, na sua resolução 1998/46, pediu que fossem instituídas reuniões consultivas regionais regulares entre as agências e organizações das Nações Unidas que trabalham em cada uma das cinco regiões do mundo. A resolução também reconheceu o papel de liderança das comissões regionais a este respeito. O objectivo geral das reuniões consultivas é promover sinergia e coordenação entre agências e organizações do Sistema das Nações Unidas de modo a melhorar a resposta colectiva do Sistema das Nações Unidas visando o atendimento das necessidades prioritárias das regiões.

2. Na região África, as reuniões consultivas são organizadas sob os auspícios do Mecanismo de Coordenação Regional (MCR), que apela às agências e organizações das Nações Unidas para que coordenem as suas actividades em apoio à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)<sup>2</sup> de modo a assegurarem os melhores resultados e a acertarem as suas actividades com as prioridades de África, conforme estabelecido na NEPAD. Até então foram realizadas nove reuniões do MCR a fim de assegurar uma maior coordenação, coerência, eficácia e impacto na prestação de apoio pelas Nações Unidas a África.

3. O MCR também serve de meio para melhorar a cooperação e a colaboração entre agências das Nações Unidas e organizações continentais africanas como a Comissão da União Africana (CUA), o secretariado da NEPAD, as comunidades económicas regionais (CERs) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

4. Com relação à União Africana (UA), a Declaração sobre a melhoria das relações NU-UA, assinada a 26 de Novembro de 2006 pelos então dirigentes das duas organizações, estabeleceu o Acordo Quadro para o Programa das Nações Unidas de Capacitação Decenal para a UA. O acordo serve de base de cooperação Nações Unidas-União Africana, tendo em conta as necessidades e prioridades estratégicas da UA. A implementação do acordo é coordenada através do MCR.

5. Quanto à colaboração e cooperação com as CERs, a sétima reunião do MCR realçou a importância de se desenvolver um mecanismo para coordenação sub-regional do apoio das Nações

---

<sup>1</sup> O Programa de Acção das Nações Unidas para Recuperação e Desenvolvimento da Economia Africana (UN-PAAERD 1986-90), a Nova Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento de África (UN-NADAF, 1991-2000) e a Iniciativa Especial de todo o Sistema das Nações Unidas para África (SAI, 1996-2005), entre outras.

<sup>2</sup> A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) foi lançada por Chefes de Estado e de Governo africanos em 2001 como um quadro abrangente para o desenvolvimento, pertencente a África. Baseia-se numa abordagem holística do desenvolvimento socioeconómico a fim de erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento em África, melhorar a vida do povo africano e também reduzir a sua marginalização e aumentar o seu papel na comunidade mundial. Ainda mais importante, foi concebido como o quadro de políticas para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) adoptados em 2000. Todos os sectores da sociedade africana são chamados a participar em actividades que têm como finalidade realizar os objectivos da NEPAD. Os africanos são responsáveis e responsabilizados pelo sucesso da NEPAD.

Unidas à UA/NEPAD e recomendou que a CEA, em consulta com outras agências das Nações Unidas, a Comissão da UA e o secretariado da NEPAD, coordene as discussões sobre as necessidades das CERs tendo em vista um melhor alinhamento e orientação do apoio das Nações Unidas às prioridades e visão da UA/NEPAD a nível sub-regional.

6. Neste cenário, este documento apresenta na parte 1 uma actualização do apoio de todo o Sistema das Nações Unidas à UA e ao seu programa NEPAD. Na parte 2, faz um resumo do apoio das Nações Unidas à UA e ao seu programa NEPAD pelo MCR e seus grupos, incluindo o apoio ao programa de Capacitação Decenal e o apoio sub-regional através das CERs. A parte 3 mostra o apoio da CEA à UA e ao seu programa NEPAD. A parte 4 realça as principais questões e recomendações da nona reunião do MCR. A parte 5 coloca algumas propostas para o futuro à consideração e aprovação pela Conferência de Ministros tendo em vista a um apoio eficaz à UA e ao seu programa NEPAD.

## **2. Apoio das Nações Unidas à União Africana e ao seu programa Nova Parceria para o Desenvolvimento de África pelo Mecanismo de Coordenação Regional e seus grupos**

7. Os nove grupos do MCR têm estado a reforçar capacidades e a dar outro tipo de apoio à Comissão da UA e ao secretariado da NEPAD.

### **2.1 Apoio dos grupos**

8. O Grupo Sensibilização e Comunicações, convocado pelo Gabinete do Conselheiro Especial para África, continua a prestar apoio em matéria de sensibilização à Comissão da UA e ao Secretariado da NEPAD. O grupo acrescentou os seus membros à lista de destinatários da Comissão da UA, o que aumentou consideravelmente o conhecimento e a compreensão de informações, decisões, declarações e notícias da Comissão da UA. Convocou muitas reuniões a este respeito via videoconferência, demonstrando assim que a localização física do grupo não devia impedir a realização de reuniões. Organizou uma troca de ideias com os principais média a 19 e 20 de Fevereiro de 2009, em Vaal, África do Sul, com o objectivo de melhorar a comunicação acerca da NEPAD entre jornalistas do continente, fornecendo-lhes artigos e informação actualizada sobre projectos da NEPAD e criando oportunidades de contacto directo e interface com altos responsáveis e decisores do secretariado da NEPAD e da Comissão da UA. Sessenta participantes estiverem presentes na troca de ideias, que terminou com a adopção do Consenso de Vaal, no qual os participantes prometeram continuar a divulgar programas e estratégias prioritários de África a fim de melhorar as comunicações e actividades de sensibilização da União Africana e do seu programa NEPAD.

9. O Grupo Agricultura, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural é convocado pelo Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Os membros do grupo tentam colaborar e coordenar o seu apoio à UA e ao seu programa NEPAD, mas considerando o mandato de cada um dos membros, o apoio faz-se mais a nível bilateral, com base em acordos bilaterais existentes entre agências das Nações Unidas e organizações africanas. Os membros do grupo, sedado em Roma, realizaram várias actividades de colaboração. Por exemplo, contribuíram para a formulação e implementação do Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP).

10. O grupo foi fundamental na nona reunião do MCR, dirigindo as discussões sobre a crise alimentar. Também adoptou o plano estratégico 2008-2013 do secretariado da NEPAD como um plano de negócios a médio prazo.

11. O Grupo Ambiente, População e Urbanização é convocado por UNHABITAT. Trata de questões transversais e sectoriais e ajuda a Comissão da UA e outras organizações africanas na implementação das suas políticas ambientais, populacionais e de urbanização. O apoio à UA/NEPAD é prestado através de agências e organizações específicas das Nações Unidas. Durante a última reunião do grupo organizada em Nairobi, os membros trocaram opiniões sobre os progressos realizados até então na consolidação da colaboração entre si. Concordaram que o desafio principal, comum a todos os grupos, é revitalizar o próprio sistema geral de grupos. Outro desafio é a falta de financiamento para aumentar actividades políticas e de capacitação. O grupo, particularmente o Programa das Nações Unidas para o Ambiente e a CEA, foram fundamentais durante a nona reunião do MCR na discussão de questões relativas às alterações climáticas.

12. O Grupo Governação é convocado pelo PNUD. O grupo dá aconselhamento legal ao secretariado da NEPAD e participa em reuniões do Comité Director da NEPAD, do Comité de Implementação de Chefes de Estado e de Governo da NEPAD e no Fórum de Parceria Africana.

13. O grupo apoia o secretariado do Mecanismo Africano de Avaliação pelo Pares (APRM) e o processo APRM a nível regional e do país. Tem dado contributos significativos em:

- (a) Definição de indicadores para o processo de avaliação;
- (b) Desenvolvimento duma capacidade conjunta para facilitar os processos de avaliação pelos pares e autoavaliação;
- (c) Formulação dum quadro comum para incentivar vários países a apropriarem-se dos processos NEPAD e APRM;
- (d) Apoio a estruturas locais de governação;
- (e) Apoio a programas de capacitação para organizações nacionais e regionais;
- (f) Ajuda ao lançamento do APRM e à implementação de avaliações do país;
- (g) Ajuda à implementação do Programa de Acção APRM em países e à sua integração em estratégias de desenvolvimento nacionais; e
- (h) Prestação de apoio técnico para o desenvolvimento dum sistema de monitorização e avaliação.

14. O processo APRM incentiva os países africanos a promoverem a boa governação e a criarem um ambiente político e económico positivo para o crescimento e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Até ao momento, 29 países aderiram ao APRM e nove destes países foram avaliados, nomeadamente: África do Sul, Argélia, Benim, Burkina Faso, Gana,

Nigéria, Quênia, Ruanda, e Uganda. Vinte países estão a preparar-se para a avaliação, designadamente: Mali, Mauritânia, Senegal, Sierra Leone e Togo na África Ocidental; Etiópia, Djibuti e a República Unida Tanzânia na África Oriental; Angola, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique e Zâmbia na África Austral; Camarões, República do Congo, Gabão e São Tomé e Príncipe na África Central; Egipto e Sudão no Norte de África.

15. O Grupo Indústria, Comércio e Acesso ao Mercado é convocado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. O grupo elaborou um plano de negócios para guiar as suas actividades, avaliou os seus desafios e concordou que devem ser envidados esforços para melhorar a comunicação dentro do grupo utilizando meios electrónicos existentes. A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) propôs criar um website que facilitará a partilha de informação dentro do grupo. O grupo realizará as suas reuniões uma vez por ano antes da reunião do MCR. Os membros do grupo também ajudaram a Comissão da União Africana a desenvolver um plano de acção para o desenvolvimento industrial acelerado de África bem como uma estratégia para a sua implementação.

16. A CEA convoca o grupo do MCR para infra-estruturas que contém quatro sub-grupos que tratam de água, energia, tecnologia da informação e comunicação e transportes. Este grupo participa nas actividades da CUA e em conferências e instituições ministeriais africanas relevantes.

17. Na área do desenvolvimento de recursos hídricos o grupo prestou assistência à Comissão da União Africana (CUA) e ao Conselho de Ministros Africanos para a Água. Cooperou satisfatoriamente com as unidades de recursos hídricos das comunidades económicas regionais, o departamento de água e saneamento do BAD e a secção de água e energia do secretariado da NEPAD. O grupo tornou-se um parceiro estratégico das instituições pan-africanas supracitadas e de outras como as Organizações Africanas de Redes de Bacias e a Rede Africana de Água. Também conseguiu alinhar as suas actividades com as agendas de água e saneamento das principais instituições do continente nas áreas de água e saneamento.

18. A nível da energia, o desenvolvimento do programa de trabalho da UN-Energy/África 2008-2009 baseou-se nas prioridades da UA e da NEPAD. Inclui assistência directa a estes dois órgãos, por exemplo, na formulação da Visão África Energia 2030 (que a CUA lidera) e no reforço de capacidades tendo em vista a integração regional (proposto pelo secretariado da NEPAD).

19. A nível de TIC, o grupo deu uma contribuição importante para a adopção pela UA do Plano de Acção Regional Africano sobre Economia do Conhecimento (ARAPKE) como plano de acção de TIC para os próximos 10 anos. O ARAPKE, que fez parte do Programa de Capacitação Decenal da UA, foi formulado pela CEA com o apoio total dos membros do grupo. A Comissão Europeia aprovou o ARAPKE como seu quadro de cooperação com a África e depois aprovou financiamento para três dos projectos ARAPKE no montante de \$US 9,912,270.00. Os projectos aprovados são: (a) Sistema Africano de Intercâmbio na Internet, (b) Aproveitar Informação e Conhecimento para Desenvolvimento da Juventude, (c) Liderança Africana em Programa TIC. A segunda maior realização foi a implementação dos objectivos da Cimeira Ligar África, dirigida pela União Internacional das Telecomunicações com o envolvimento de membros do grupo e do sector privado internacional. A terceira realização foi a formulação de quadros reguladores harmonizados e estratégias electrónicas para as CERS de modo a permitir que os seus respectivos países ingressem

suavemente na economia do conhecimento com critérios e directivas compatíveis. Como resultado destas acções, foram adoptados projectos de lei e directivas modelo sobre TIC a nível das CERs, eliminando assim a duplicação de actividades a nível do país e poupando recursos e tempo. Além disso, no contexto do ARAPKE, foram aprovados modelos para elaboração e aprovação de projectos a nível regional, facilitando assim a apresentação de projecto TIC a parceiros em todo o mundo.

20. O sub-grupo dos transportes apoiou constantemente a CUA no desenvolvimento dum plano de acção consolidado para o sector dos transportes de vários modos, dando importantes contributos nas fases de concepção e formulação.

21. O grupo sobre paz e segurança tem três sub-grupos, nomeadamente estrutura de paz e segurança da UA convocado pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz, reconstrução e desenvolvimento pós conflito convocado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e direitos humanos, justiça e reconciliação convocado pelo Alto Comissariado para Direitos Humanos. O Departamento dos Assuntos Políticos é que convoca o grupo.

22. O trabalho do grupo e dos seus sub-grupos é guiado sobretudo pelo Programa de Capacitação Decenal da UA, que é o quadro de cooperação das Nações Unidas e da União Africana baseado nas prioridades identificadas pela CUA. O grupo continuou a apoiar a UA na implementação da sua política de reconstrução e desenvolvimento pós conflito e no desenvolvimento planeado do quadro humanitário da UA.

23. São mencionadas a seguir algumas das realizações específicas do grupo:

(a) Capacitação: o grupo ajudou a criar o Painel de Sábios. O Departamento de Assuntos Políticos colocou à disposição da CUA um perito para ajudar a estabelecer o secretariado para o Painel de Sábios;

(b) Prestação de apoio material e logístico: o UNHCR disponibilizou um profissional e um assistente administrativo e concedeu um condutor e uma viatura para apoiar as actividades da Comissão que estão estreitamente relacionadas com as do grupo em geral. O grupo publicou reconstrução e desenvolvimento pós-conflito da UA em Política de África (mil exemplares) e outros quatro documentos de políticas de paz e segurança, que se julga contribuir grandemente para a implementação de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, em Política de África;

(c) Realização de estudos: foram publicados 12 relatórios detalhados de avaliação do país pós-conflito para facilitar a compreensão dos desafios da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito em África em países que saem dum conflito e para fazer recomendações para tratar das principais necessidades e lacunas na construção da paz. Foi compilado um relatório sobre a reconstrução pós-conflito abrangendo toda a África e as necessidades específicas de África em termos de construção da paz. Um relatório abrangendo toda a África sobre o desafio da construção da paz foi publicado em finais de 2008;

(d) Organização de reuniões: O grupo e o seu sub-grupo reuniram-se regularmente. Têm trabalhado estreitamente com a CUA, acompanhando os respectivos programas de cooperação com

a CUA. A CUA está a participar mais nas reuniões do grupo e o grupo está a analisar a possibilidade de visitar as CERs para estimular a participação activa das CERs que não se encontram representadas em Adis Abeba. O Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas enviou representantes às reuniões do grupo quase sempre; e

(e) A colaboração com a Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas foi reforçada graças à visita à UA da antiga Secretária Geral Assistente das Nações Unidas para o Apoio à Construção da Paz, Sra. Caroline McAskie, e ao lançamento do quarto pilar virtual da estrutura de Construção da Paz das Nações Unidas, a comunidade de prática de construção da paz.

24. O Grupo Ciência e Tecnologia é convocado pela UNESCO e trata de questões transversais e sectoriais. Todos os membros do grupo cumprem os seus respectivos mandatos de ajuda à Comissão da UA na implementação de políticas da UA nas áreas de ciência e tecnologia, particularmente o Plano de Acção Consolidado para Ciência e Tecnologia. Um olhar atento a actividades do grupo mostra que o apoio a UA/NEPAD é prestado através de instituições e agências individuais das Nações Unidas. Por exemplo, a UNESCO e a ONUDI apoiaram muitas actividades a nível da Comissão da UA ou do Secretariado da NEPAD. O desafio actual do grupo consiste em planear e coordenar actividades de todo o Sistema das Nações Unidas nas áreas de ciência e tecnologia em África devido ao grande âmbito de actividades e à diversidade de mandatos das agências das Nações Unidas envolvidas. Desenvolver um quadro consensual de acções conjuntas, organizar uma reunião de planeamento e partilhar responsabilidades pela implementação conjunta é outro desafio. Com esta realização, os membros do grupo concordaram em identificar actividades conjuntas para colaboração e coordenação. Contudo, os recursos humanos e financeiros são reconhecidos como os principais constrangimentos que devem ser ultrapassados para uma participação efectiva de todos os membros em actividades do grupo e para uma colaboração mais coerente inter-agências.

25. O Grupo Desenvolvimento Social e Humano é convocado pelo Fundo das Nações Unidas para a População<sup>3</sup>. O grupo elaborou planos de trabalho e planos de acção juntamente com a CUA. As reuniões e consultas do grupo tiveram como consequência um apoio mais coerente e coordenado à CUA baseado tanto no Programa de Capacitação Decenal para a CUA como nas prioridades da UA. Houve uma forte colaboração entre a CUA, as agências das Nações Unidas e o secretariado da NEPAD e isto reduziu a duplicação de esforços em apoio à CUA. O grupo adoptou um plano de negócios trienal e implementou actividades conjuntas (reuniões sobre género, apoio a cimeiras da UA, reuniões de peritos e ministeriais em Janeiro e Julho de 2008 sobre áreas temáticas; redacção conjunta de documentos de políticas e temáticos).

26. Todas as reuniões e actividades realizadas pelo grupo tiveram uma forte interacção entre os membros do grupo, que resultou em excelente coordenação e colaboração, como no caso dos preparativos para Cimeira da UA sobre Água. A participação de CUA, secretariado da NEPAD, CERs e BAD em actividades do grupo foi mais forte do que nunca.

---

<sup>3</sup> O grupo costumava chamar-se grupo de desenvolvimento de recursos humanos, emprego e VIH/SIDA antes de lhe ser atribuído outro nome em Julho de 2008.

27. Todas as agências que participaram no grupo disponibilizaram bastante apoio humano, técnico, financeiro e material à CUA. O apoio ao secretariado da NEPAD é concedido através de actividades conjuntas de sensibilização, incluindo a promoção da NEPAD como um programa da CUA. O apoio das CERs é concedido através de sensibilização conjunta e partilha de informação. Em termos de colaboração entre grupos, o sexto Fórum de Desenvolvimento Africano, o 60º aniversário da Declaração de Direitos Humanos, o Ano da Juventude Africana e o Comité Africano de Peritos para Direitos e Bem-Estar da Criança são bons exemplos do Sistema das Nações Unidas a trabalhar com organizações africanas e defendendo o desenvolvimento social, a paz e a segurança e os direitos humanos. O grupo desenvolveu um quadro de monitorização incluindo indicadores, critérios e pontos de referência. O grupo também realizou várias actividades de sensibilização e comunicação em apoio à CUA e ao seu programa NEPAD.

28. As realizações a nível de cada grupo são muitas e foram bem articuladas acima. Há melhor comunicação entre as agências das Nações Unidas e entre as agências e organizações regionais e sub-regionais africanas e maior participação destas organizações em reuniões dos grupos. As actividades dos grupos estão a ter um impacto tangível na implementação de importantes agendas de desenvolvimento regional e no quadro institucional em apoio à UA e ao seu programa NEPAD.

29. A nível do MCR, o processo ganhou uma dinâmica importante, que devia ser mantida ou até melhorada. Há mais participação e de mais alto nível das agências das Nações Unidas e de organizações regionais e sub-regionais africanas no processo MCR. A presidência de reuniões do MCR pelo Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas é um feito importante tal como é a co-presidência de reuniões por organizações regionais e sub-regionais africanas.

## **2.2 Apoio ao Programa das Nações Unidas de Capacitação Decenal para a União Africana**

30. O Acordo Quadro para o Programa das Nações Unidas de Capacitação Decenal para a UA constitui a base para a cooperação entre Nações Unidas e União Africana, considerando as necessidades e prioridades estratégicas da UA. O MCR é o mecanismo de coordenação para a implementação do acordo quadro.

31. As reuniões do MCR (sétima, oitava e nona) reiteraram o compromisso das agências e organizações das Nações Unidas visando a implementação efectiva do Programa de Capacitação Decenal para a UA. A reunião reconheceu a importância de se resolver as necessidades prioritárias da Comissão da UA no quadro de cooperação União Africana-Nações Unidas, melhorando a capacidade interna da UA de coordenar o apoio a ser concedido no quadro do programa e envolvendo o BAD no programa.

32. A este respeito, foi recomendado que se desenvolva ainda mais o quadro para receber a cooperação existente e os acordos bilaterais entre agências das Nações Unidas e a UA e pediu-se uma liderança mais forte da parte da Comissão da UA e a participação do BAD na implementação do programa.

33. Até ao momento, estão a ser feitos todos os esforços para alinhar as actividades de grupo das Nações Unidas em apoio à UA com o Programa das Nações Unidas de Capacitação Decenal para a

UA, os planos estratégicos da CUA e do secretariado da NEPAD e decisões relevantes da UA e das CERs e resultados de órgãos ministeriais sectoriais da UA.

34. Mas o programa proposto pela UA, indicando áreas para o apoio das Nações Unidas, é demasiado vasto e incompleto. O MCR pensa que deve ser revisto e reorientado à volta de duas ou três áreas específicas. Uma consulta organizada pelo secretariado do MCR a este respeito indicou que é preciso mais consultas com a CUA para esclarecer as áreas em que precisa de assistência do Sistema das Nações Unidas. Neste sentido, considerou-se que devia ser realizado um retiro.

### **2.3. Apoio das Nações Unidas a nível sub-regional através das comunidades económicas regionais**

35. A sétima reunião do MCR sublinhou a importância de se desenvolver um mecanismo para coordenação sub-regional do apoio das Nações Unidas a UA/NEPAD e recomendou que a CEA, em consulta com outras agências das Nações Unidas, a Comissão da UA e o secretariado da NEPAD deviam coordenar as discussões sobre as necessidades das CERs de modo a melhorar o alinhamento e a orientação do apoio das Nações Unidas com as prioridades e visão da UA/NEPAD a nível sub-regional.

36. A oitava reunião do MCR recomendou que sejam promovidas medidas a nível sub-regional, encabeçadas pela CEA e pelas CERs. Propôs a revisão das disposições existentes a nível sub-regional a fim de se criar um quadro institucional para colaboração em apoio à UA e ao seu programa NEPAD a esse nível.

37. O secretariado do MCR organizou e/ou participou em várias consultas a fim de responder às recomendações acima. Estas são:

(a) Uma reunião ad hoc dum grupo de peritos realizada de 10 a 11 de Outubro de 2007 sobre a avaliação externa do apoio de todo o Sistema das Nações Unidas à implementação da NEPAD a nível regional e sub-regional;

(b) Discussões em reuniões do Comité Intergovernamental de Peritos dos escritórios sub-regionais da CEA em 2007 e 2008;

(c) Um simpósio de toda a comissão sobre o apoio da CEA à UA e à NEPAD realizado a 25 de Março de 2008;

(d) Uma reunião de avaliação para melhorar o funcionamento do MCR em apoio à UA e ao programa NEPAD, realizada em Setembro de 2008. A reunião concordou com a finalidade, os objectivos, valor acrescentado, resultados e impacto e também com medidas concretas (incluindo a identificação de actividades, partes responsáveis e cronogramas) para estabelecer mecanismos de coordenação regionais sectoriais (MCRS); e

(e) Consultas com algumas agências das Nações Unidas e CERs sobre o eventual estabelecimento destes mecanismos.

38. Durante as consultas supracitadas as seguintes áreas foram indicadas como possíveis desafios que requerem soluções inovadoras para o estabelecimento dos MCRSs:

(a) Modo de trabalhar do MCRS: para que as agências das Nações Unidas estejam envolvidas no MCRS terão que trabalhar em áreas prioritárias das CERs com a Organização Internacional do Trabalho dando liderança quanto a reforço de competências, emprego e formação: a ONUSIDA quanto a questões relativas ao VIH, a CNUCED quanto a questões comerciais, a ONUDI quanto ao desenvolvimento industrial, o PNUD quanto a questões sociais e de governação, a FAO quanto a agricultura e segurança alimentar e a CEA em questões de integração regional. O desafio aqui consiste em coordenar eficazmente estas várias contribuições à luz do apelo do Secretário-Geral para que as agências e organizações das Nações Unidas trabalhem como “UMA ONU”;

(b) Programas plurianuais: os programas plurianuais, que os escritórios sub-regionais da CEA desenvolveram conjuntamente com as CERs para dar apoio técnico considerável às CERs baseado nas prioridades destas últimas, representam uma abordagem para trabalhar com as CERs. Os escritórios sub-regionais assinaram MdEs que suportam os programas plurianuais, mas não envolvem outras agências e organizações das Nações Unidas. Os programas devem ser alinhados com outros programas de todo o Sistema das Nações Unidas, tendo em consideração os seguintes factores;

(c) Missão e mandato das agências das Nações Unidas: as agências e organizações das Nações Unidas operam a níveis diferentes. Algumas têm mandatos regionais enquanto outras têm mandatos sub-regionais e/ou a nível do país. Estas agências e organizações naturalmente programam as suas actividades dentro das suas missões organizacionais e mandatos e, muitas vezes, não existe um sistema visível ligando o seu trabalho ao das outras;

(d) Conteúdo do programa: existem diferenças no conteúdo do trabalho realizado por agências e organizações das Nações Unidas. Algumas incidem em questões normativas enquanto outras incidem em questões operacionais;

(e) Ciclos de programação: os ciclos de programação são diferentes de organização para organização;

(f) Estruturas de coordenação nacional: As Equipas do País das Nações Unidas e as Equipas de Directores Regionais são criadas para melhorar a coerência operacional a nível do país. Ambas as estruturas não realizam programas de natureza sub-regional e não têm representação adequada;

(g) Coordenação estratégica e proactiva: o MCR funciona como uma estrutura de criação de consenso a nível regional, que depende de Nova Iorque e outros de órgãos inter-governamentais como a UA. As lições aprendidas com o processo MCR apontam para a necessidade de reforçar a liderança e a capacidade a fim de tornar a coordenação mais eficaz tanto a nível do MCR como dos grupos. O relatório do Secretário Geral recomenda que a CEA desempenhe o papel de “coordenação das actividades do Sistema das Nações Unidas para a integração sub-

regional”. Uma questão importante aqui é a capacidade limitada de coordenação no secretariado do MCR e nos grupos.

(h) Limitações de financiamento: há bons exemplos segundo os quais algumas agências e organizações fizeram progressos juntando os seus recursos para projectos e programas conjuntos seleccionados, que respondem directamente às necessidades das CERs na implementação da NEPAD. Nos sectores de água, infra-estruturas e ambiente, as agências e organizações das Nações Unidas fundiram e integraram os seus recursos para criar programas comuns das Nações Unidas. Mas em muitos outros casos, a falta de financiamento adequado limita a capacidade e a habilidade das agências e organizações das Nações Unidas prestarem mais assistência técnica e outro apoio operacional a organizações africanas; e

(i) Monitorizar a eficácia e o impacto das intervenções: O relatório do Painel do Secretário-Geral sobre Apoio Internacional à NEPAD sublinha a necessidade de reforçar o processo de monitorização. Para este efeito, realça a importância de se dar atenção à monitorização dos resultados, além de inputs e processos de políticas e programas. A monitorização orientada para o resultado avalia também a eficácia e eficiência de intervenções do programa na criação de impacto no desenvolvimento. Isto justifica a necessidade de identificar claramente os objectivos prioritários sub-regionais para a integração económica, os resultados previstos, o papel de cada agência de implementação das Nações Unidas e parceiro de cooperação, bem como alvos de mobilização de recursos. De igual modo, é preciso esclarecer a distribuição do trabalho entre as agências e estabelecer uma matriz de monitorização e avaliação, que inclua indicadores a serem utilizados para avaliar as realizações do programa.

39. Os escritórios sub-regionais da CEA estão a ser reforçados para desempenharem um papel mais activo nas actividades das Nações Unidas e nas suas respectivas sub-regiões. Juntamente com as CERs desenvolveram programas plurianuais para darem apoio técnico concreto às CERs, baseado nas prioridades desta última. Os programas plurianuais foram identificados como possíveis pontos de entrada para o estabelecimento de MCRSs. Proporcionam uma base importante para o apoio das Nações Unidas às CERs na implementação da NEPAD. Contudo, devem ser revistos de modo a permitirem mais consultas com as agências e organizações das Nações Unidas e outros parceiros a fim de se chegar a um consenso sobre todas as questões pertinentes das MCRSs e assegurar a sua aceitação e participação efectiva.

40. A sua revisão implicaria o desenvolvimento dum documento conceptual a ser partilhado com todas as agências e organizações das Nações Unidas e outros parceiros envolvidos. As seguintes são algumas ideias propostas para o documento conceptual:

(a) Os MCRSs propostos devem estar de acordo com o mandato que o Secretário-Geral atribuiu aos escritórios sub-regionais;

(b) Os MCRSs propostos devem estar de acordo com as prioridades dos oito grupo sub-regionais reconhecidos pela UA e também tratar de questões das CERs que são transversais às sub-regiões;

(c) A estrutura dos MCRSs deve ser uma cópia do MCR, ou seja, baseada numa abordagem de grupo, que abranja todas as agências a nível sub-regional e os grupos definidos pelas áreas prioritárias do programa de trabalho das CERs;

(d) Os programas plurianuais devem ser concebidos como programas contínuos plurianuais com múltiplos parceiros, pertencentes às CERs, com várias agências das Nações Unidas a chefiar nas áreas em que possuem vantagens comparativas e todas elas a trabalhar de forma coordenada e criando sinergias entre si;

(e) A CEA, através dos seus escritórios sub-regionais, deve ser o coordenador estratégico do mecanismo sub-regional proposto, enquanto as outras agências podiam chefiar ou coordenar grupos baseados nas suas respectivas vantagens comparativas;

(f) Todos os parceiros participantes devem ter tarefas e responsabilidades bem definidas dentro dos MCRSs propostos, com base em mandatos sectoriais claros, que abordem as preocupações relativas ao desenvolvimento regional ou transfronteiriço;

(g) Os escritórios sub-regionais da CEA deviam participar em actividades dos grupos baseadas nos seus conhecimentos técnicos especializados;

(h) Outras agências das Nações Unidas devem liderar os grupos com base nas suas vantagens comparativas e participar em actividades do grupo baseadas nos seus conhecimentos técnicos especializados;

(i) As CERs devem ter uma liderança política e estratégica, definir as prioridades do programa e assegurar que as actividades operacionais do Sistema das Nações Unidas estão de acordo com os seus programas e prioridades;

(j) O BAD deve participar em actividades do grupo, assistir no financiamento de actividades e apoiar programas técnicos com base nas suas áreas de intervenção e vantagens comparativas e participar em programas de capacitação;

(k) As agências e organizações das Nações Unidas devem atribuir recursos adequados a projectos e programas comuns seleccionados, que respondam directamente às necessidades das CERs na implementação da NEPAD; e

(l) Devem ser desenvolvidos processos de monitorização e avaliação e mecanismos de informação com indicadores específicos para medir resultados e realizações.

41. Deve ser convocada uma reunião para todas as partes discutirem a nota conceptual e cheguem a acordo sobre as modalidades de estabelecimentos dos MCRSs;

42. Os MCRSs, uma vez criados, melhorariam o apoio do Sistema das Nações Unidas às CERs integrando nas suas actividades as prioridades de integração regional das CERs. Também assegurariam uma ligação efectiva entre acordos e iniciativas regionais e prioridades e acções

nacionais e ajudariam resolver a agenda de integração regional da UA. Portanto, compete a todos os implicados tornar os MCRSs uma realidade.

### **3. Apoio da CEA à União Africana e ao seu programa Nova Parceria para o Desenvolvimento de África**

#### **3.1. Apoio geral**

43. A CEA criou uma estrutura – o secretariado do MCR – dedicada à coordenação do apoio das Nações Unidas à UA e NEPAD. Esta estrutura tem estado bastante proactiva acompanhando a implementação das recomendações do MCR e facilitando a interligação e as consultas. A coordenação geral do apoio das Nações Unidas à UA e ao programa NEPAD tem sido melhorada e reforçada. O processo MCR ganhou uma dinâmica importante na sequência da decisão tomada na 9ª reunião do MCR de mudar o seu enfoque de consulta para coordenação.

44. O secretariado do MCR continua a conceder apoio institucional significativo ao processo MCR. Faz parte das suas actividades rotineiras organizar reuniões do MCR em colaboração com outras agências e organizações das Nações Unidas (ver secção 2 acima para os resultados das reuniões do MCR). Continua a apoiar reuniões de grupo para melhorar a coordenação dentro dos grupos e um melhor alinhamento das actividades do grupo com as prioridades da UA e do seu programa NEPAD a fim de obter resultados tangíveis. Fornece informação actualizada sobre as actividades do MCR e esclarecimentos sobre a implementação das recomendações das reuniões do MCR. Também distribui as actas das reuniões do grupo a todas as agências das Nações Unidas e organizações regionais e sub-regionais, que participam no MCR, para facilitar o fluxo de informação.

45. O secretariado realiza outras actividades de acompanhamento, conforme necessário. Por exemplo, conforme mandatado pela oitava reunião do MCR, o secretariado ajudou os coordenadores dos grupos a preparar os seus respectivos planos de negócios. Preparou um modelo de plano de negócios e enviou-o a todos os coordenadores dos grupos para a preparação dos seus planos de negócios. Depois de todos os grupos terem apresentado os seus planos de negócios, estes serão consolidados num plano de negócios do MCR com o objectivo de promover planeamento, programação e orçamentação conjuntos, dando uma orientação clara sobre a direcção a seguir pelo MCR, promovendo a responsabilidade e a partilha de responsabilidades, facilitando a mobilização de recursos e melhorando a prestação e o impacto do MCR.

46. No período que precedeu a nona reunião do MCR, o secretariado do MCR convidou todos os coordenadores dos grupos a organizar reuniões dos grupos pré-MCR a 20 de Outubro de 2008 de modo a permitir-lhes discutir questões de interesse comum e preparar a sua participação na nona reunião do MCR. Os coordenadores dos grupos foram incentivados a convidar todos os membros dos grupos, incluindo a Comissão da UA, o secretariado da NEPAD, as CERs e o BAD para as reuniões. Esta reunião do grupo pré-MCR demonstrou ser útil para coordenar as actividades entre os grupos. Os grupos solicitaram ao secretariado do MCR que continue a organizar essas reuniões.

47. Como parte das suas actividades de comunicação e sensibilização, o secretariado do MCR lançou uma plataforma de gestão do conhecimento, principalmente como repositório de

conhecimento, e um fórum para partilha e consolidação de conhecimento e informação relevante para o MCR. Também preparou um folheto intitulado “Delivering as One for Africa”, reflectindo o funcionamento do MCR, bem como as actividades e realizações dos nove grupos temáticos em apoio à UA e ao seu programa NEPAD. O secretariado elaborou e apresentou um relatório sobre o apoio de todo o sistema das Nações Unidas à UA e ao seu programa NEPAD na reunião do Comité de Peritos das Reuniões Anuais Conjuntas da Conferência de Ministros da Economia e Finanças da UA e da Conferência de Ministros de Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA. O secretariado preparou também um relatório sobre o mesmo e apresentou-o nas reuniões do Comité Intergovernamental de Peritos (IECs) dos cinco escritórios sub-regionais da CEA. Os relatórios foram bem recebidos e deram origem a recomendações sobre a melhoria da coordenação do apoio das Nações Unidas à UA e ao seu programa NEPAD. O secretariado também preparou a contribuição da CEA para o relatório do Gabinete do Assessor Especial para África sobre o seu apoio à NEPAD e a organizações regionais e sub-regionais para apresentação ao Comité de Programação e Coordenação e à Assembleia Geral.

48. Uma actividade importante do secretariado do MCR é a reunião de avaliação de “medidas para melhorar o mecanismo de consulta regional de agências e organizações das Nações Unidas trabalhando em apoio à União Africana e ao seu programa NEPAD” que se realizou a 16 e 17 de Setembro de 2008 na sede da CEA. Muitos representantes da Comissão da UA, CERs e BAD assistiram à reunião e desempenharam um papel de liderança nas suas deliberações.

49. A reunião, que foi solicitada pela oitava reunião do MCR, examinou as seguintes questões:

- (a) Alinhamento do sistema de grupos com as prioridades da UA e da NEPAD,
- (b) Medidas para reforçar a cooperação e colaboração a nível regional;
- (c) Medidas para reforçar a cooperação e colaboração a nível sub-regional;
- (d) Mobilização de recursos para o financiamento sustentável do MCR; e
- (e) Estabelecimento dum sistema de monitorização e avaliação.

50. Em termos de realizações, o secretariado do MCR (como coordenador estratégico do MCR) tem sido bastante proactivo no acompanhamento da implementação das recomendações da reunião do MCR e na facilitação de interligações e consultas.

### **3.2. Apoio ao processo de mecanismo africano de avaliação pelos pares**

51. A CEA foi designada instituição parceira estratégica para o processo NEPAD/APRM, juntamente com a União Africana (UA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no início do APRM em 2002. O

mandato da CEA é descrito no parágrafo 6.2 do documento da NEPAD intitulado “APRM: Organização e Processos” (NEPAD/HSGIC-3-003/APRM/Guideline/O&P) de 9 de Março de 2003, que afirma: “*Foi solicitado à Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) que proceda a avaliações técnicas em governação e gestão económicas e ao Banco Africano de Desenvolvimento em critérios bancários e financeiros*”. Na fase de concepção, cada instituição parceira estratégica foi responsável por uma área concreta dos quatro pilares do APRM. Contudo, devido a maior procura do secretariado do APRM e ao exercício de reposicionamento da CEA, foram disponibilizados pela CEA conhecimentos técnicos especializados em outras áreas temáticas do desenvolvimento socioeconómico e de governação política. Além disso, a CEA tem estado a apoiar os países participantes na mobilização de parceiros e promoção de aprendizagem com os colegas entre países do APRM. Finalmente, o trabalho analítico da CEA incidiu na identificação das melhores práticas do processo APRM. A Comissão também prestou assistência técnica na integração do APRM em estratégias existentes de desenvolvimento nacional.

### **Contribuições da CEA até à data**

52. **Participar em cinco fases do APRM:** Desde 2003, a CEA tem estado a dar um amplo apoio técnico e material ao Painel de Notáveis do APRM, ao secretariado do APRM e aos países participantes no APRM em cada uma das cinco fases do processo de avaliação. Dá assistência a missões de ajuda ao país na redacção de documentos de apoio, visitas de avaliação do país, elaboração de relatórios do país, elaboração de relatórios finais do país e publicação de relatórios de avaliação do país e de programas de acção nacionais.

53. **Orientar a implementação de programas de acção nacionais:** A força do processo APRM depende da qualidade das recomendações sobre políticas que se encontram no programa de acção. O objectivo principal do programa de acção nacional é guiar e mobilizar os esforços do país para melhorar o seu estado de governação e de desenvolvimento socioeconómico. De acordo com o seu trabalho analítico e de sensibilização em apoio ao APRM, a CEA está a efectuar estudos analíticos nos países APRM que concluíram o processo, para investigar os laços programáticos e orçamentais entre o programa de acção APRM e as outras estratégias nacionais de desenvolvimento existentes como os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza. O objectivo geral é evitar a duplicação de estratégias ou estratégias paralelas, que possam diminuir o valor acrescentado do processo APRM. No contexto de mobilização limitada de recursos internos e de grande dependência dos doadores da maior parte dos países africanos, tornou-se óbvio que o sucesso de programas de acção nacionais depende do seu alinhamento com programas estratégicos nacionais a fim de evitar que os orçamentos nacionais sejam esticados e os custos duplicados. Com base nas lições aprendidas e nas melhores práticas destes estudos, a CEA irá desenvolver manuais de formação e organizar sessões de aprendizagem com os pares a fim de guiar os países na fase crítica de implementação do programa de acção nacional.

54. **Capacitar parceiros chave.** Compreendendo que a solução para aumentar a capacidade e participação dos parceiros no processo APRM reside na partilha de melhores práticas e na aprendizagem de lições importantes com países pioneiros, a CEA tem estado a facilitar workshops, seminários e sessões de brainstorming para parceiros como organizações da sociedade civil, deputados nacionais, regionais e continentais, bem como instituições africanas de investigação. Estes workshops melhoraram a participação de organizações da sociedade civil no processo e

incentivaram a criação duma rede pan-africana de organizações da sociedade civil colaborando no APRM e em questões de governação. Também aprofundaram a compreensão dos deputados sobre o seu papel fundamental no processo APRM e ajudaram as instituições africanas de investigação a elaborar uma agenda de investigação estratégica em apoio ao APRM. Estas actividades contribuíram para a implementação efectiva do processo APRM nos países participantes, bem como para acelerar a adesão de países que ainda não aderiram ao processo.

55. **Base de dados de peritos APRM.** Como parte do mandato da CEA para contribuir para a institucionalização do processo APRM, a Comissão criou uma base de dados informatizada sobre os países que participam no APRM de modo a apoiar o processo de avaliação do país. A base de dados recorre ao trabalho da Comissão quanto a governação, desempenho económico, avaliações da pobreza, competitividade do comércio, índice de género e outros indicadores relacionados com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Além disso, a CEA desenvolveu uma base de dados de peritos africanos e na diáspora sobre governação a fim de ajudar o secretariado continental do APRM a identificar peritos africanos independentes, competentes em todas as áreas de governação para as missões de avaliação do país. Os dados sobre desenvolvimento são fornecidos ao secretariado do APRM e aos países participantes a pedido. A base de dados de peritos em governação da CEA, que é um trabalho em curso, contém cerca de 250 perfis profissionais africanos.

56. **Apoio contínuo da CEA ao processo do mecanismo de avaliação pelos pares como se segue:**

(a) A CEA continuará a prestar apoio técnico ao secretariado do APRM durante missões de apoio ao país e missões de avaliação do país;

(b) A CEA adaptará o seu apoio analítico às necessidades e prioridades dos Estados Membros, como identificado através dos relatórios de avaliação do país, e trabalhará com o secretariado do APRM e outros parceiros estratégicos para aprofundar a análise dos desafios da governação, identificados como questões transversais com que são confrontados os países africanos. A este respeito, a CEA alinhará o seu relatório principal, o Relatório de Governação Africana, com as questões temáticas emanadas dos relatórios APRM;

(c) Na preparação da segunda geração de relatórios de avaliação do país APRM, a CEA fará parceria com parceiros relevantes na monitorização e avaliação da implementação de programas de acção nacionais com vista a identificar as questões de implementação pendentes, que constituirão a base para a segunda ronda de avaliação no Gana, Quénia, Ruanda e África do Sul. Este exercício facultará um enfoque estratégico para a próxima ronda de avaliações, que aproveitarão os primeiros relatórios;

(d) Em colaboração com outros parceiros estratégicos, em particular o BAD, a CEA utilizará a recém-criada Coligação para Diálogo sobre África (CODA) para envolver parceiros de África e parceiros do desenvolvimento, proporcionando um fórum para discussão e troca de ideias sobre a mobilização de apoio de parceiros políticos e de desenvolvimento estrangeiros para a implementação dos programas nacionais de acção do APRM. O objectivo é fornecer os parâmetros

e o quadro para envolver parceiros externos do desenvolvimento em apoio aos programas de acção nacionais; e

(e) A CEA, juntamente com o secretariado do APRM e outros parceiros estratégicos, continuará a apoiar o processo do país organizando workshops de aprendizagem com os pares para parceiros, incluindo sociedade civil, sector privado, membros de parlamentos nacionais e do parlamento pan-africano e pontos focais nacionais.

#### **4. Relatório da nona reunião do mecanismo de coordenação regional**

57. As reuniões do MCR tornaram-se eventos anuais importantes. A nona reunião do MCR teve lugar a 21 e 22 de Outubro de 2008 em Adis Abeba, Etiópia, presidida pelo Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas. Atraiu 197 participantes, incluindo o Presidente da CUA, acompanhado de um bom número de comissários da CUA, o Secretário-Geral Assistente para os Assuntos Políticos, directores regionais e chefes de agências e organizações das Nações Unidas, o chefe do secretariado da NEPAD, bem como representantes das CERs e de outras organizações africanas.

58. A reunião incidiu em dois tópicos importantes, nomeadamente a crise alimentar e as alterações climáticas.

##### **4.1 Resposta coordenada das Nações Unidas ao desafio da crise alimentar em África**

59. As agências das Nações Unidas, no contexto do MCR, concordaram em tomar todas as medidas necessárias para ajudar a resolver o desafio da crise alimentar em África. A este respeito, a reunião apelou a um esforço do sistema das Nações Unidas para apoiar a implementação de planos estratégicos existentes com o propósito de melhorar o sector da alimentação e agricultura de África. Isto seria levado a cabo de forma integrada e tendo em conta os vários aspectos da situação alimentar, incluindo a integração regional e os aspectos sensibilização e comunicação, necessidades nutricionais e o conceito de disponibilidade de alimentos como uma questão de direitos humanos.

##### **4.2 Apoio das Nações Unidas a acções referentes ao clima a nível regional**

60. A reunião também reconheceu o perigo mais grave colocado pelas alterações climáticas às frágeis economias dos países africanos, em particular, e ao mundo, em geral, e respondeu de imediato ao apelo do Secretário-Geral das Nações Unidas para que o Sistema das Nações Unidas desempenhe um papel preponderante e de vanguarda na resolução deste desafio mundial. O MCR apreciou algumas iniciativas e medidas já tomadas por líderes políticos africanos e parceiros a fim de vencer os desafios das alterações climáticas em África. O MCR foi também informado de um importante projecto com múltiplos parceiros, o Centro Africano de Políticas sobre o Clima, a ser sediado na CEA, com a finalidade de prestar apoio em termos de políticas, análise e capacitação a países africanos quanto às alterações climáticas. O MCR tomou conhecimento de todos estes esforços previstos e em curso e decidiu integrar as questões relativas às alterações climáticas no trabalho e nas actividades de todos os grupos do MCR. Foi confiada ao grupo sobre ambiente, população e urbanização a responsabilidade de catalisar e coordenar as intervenções do MCR e o

apoio nesta área, em estreita colaboração com o Centro Africano de Políticas sobre o Clima. A CEA também recebeu a responsabilidade de informar o Conselho Executivo das Nações Unidas, em nome do MCR, acerca das alterações climáticas.

#### **4.3 Resultados e impacto do sistema de grupos do mecanismo de consulta regional**

61. A reunião reiterou a importância de se melhorar a eficácia e eficiência do MCR na prestação de apoio multi-sectorial e coordenado à União Africana e ao seu programa NEPAD. A este respeito, a reunião aprovou a maior parte das recomendações contidas no relatório da reunião de avaliação que procurou avaliar as operações do MCR e o sistema de grupos e fazer recomendações apropriadas para o reforçar.

62. A reunião resolveu manter a configuração actual de nove grupos centrais e mudar a designação do MCR de mecanismo de consulta regional para mecanismo de coordenação regional.

63. Também decidiu respeitar o princípio de trabalhar como um todo único e reforçar o secretariado do MCR e a CEA. A este respeito foram feitos anúncios de apoio ao funcionamento do secretariado do MCR por várias agências.

64. A CUA e as CERs reafirmaram o seu compromisso e empenhamento no processo MCR.

#### **4.4 Recomendações da nona reunião do mecanismo de consulta regional**

65. As recomendações da nona reunião do MCR são as seguintes:

(a) Aumentar a coordenação das Nações Unidas na resolução do desafio da crise alimentar em África;

(b) Aumentar o apoio das Nações Unidas a acções relacionadas com o clima a nível regional;

(c) Reforçar a coordenação e colaboração entre as agências das Nações Unidas e organizações africanas e entre as agências das Nações Unidas a nível regional e sub-regional para assegurar que o objectivo de trabalhar como um todo único seja cumprido;

(d) Reforçar a eficiência e a eficácia do sistema de grupos;

(e) Institucionalizar a coordenação sub-regional do apoio das Nações Unidas à UA e ao seu programa NEPAD; e

(f) Mobilizar recursos e aumentar a capacidade.

#### **5. Lições aprendidas e o caminho a seguir**

66. Maior empenhamento e liderança institucional são essenciais para manter a dinâmica existente e intensificar o apoio à UA e ao seu programa NEPAD com vista a um impacto máximo.

As agências das Nações Unidas e organizações regionais e sub-regionais africanas, que participam, devem fazer do MCR um mecanismo sustentável demonstrando um maior empenhamento no processo MCR e assegurando que são registados os resultados e impactos pretendidos.

67. A integração suave da NEPAD em estruturas e processos da UA asseguraria continuidade e melhor coordenação na implementação de actividades dos grupos. O MCR e os seus grupos deviam desempenhar um papel na facilitação desta integração.

68. Deve ser organizado brevemente um retiro de consulta entre o Sistema das Nações Unidas e as chefias da CUA a fim de discutir áreas específicas em que a UA precise de assistência do Sistema das Nações Unidas no contexto do MCR para acelerar a implementação do Programa das Nações Unidas de Capacitação Decenal para a UA e liderar e supervisionar, conforme necessário, a implementação das recomendações do MCR.